



Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Voto ao Projeto de Lei Complementar nº 027, de 19 de julho de 2019, do Poder Executivo, que institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Pradópolis – REFIS-2019, e dá outras providências.

I – Relatório

O Prefeito Municipal, Silvio Martins, propõe sejam concedidos descontos de multas e juros incidentes sobre os tributos municipais aos contribuintes do Município, através do Programa de Recuperação Fiscal no Município de Pradópolis – REFIS-2019, como forma de recuperação e saneamento das finanças dos contribuintes e do próprio Município.

Segundo a mensagem do projeto, o REFIS municipal não caracterizaria renúncia fiscal, uma vez que o valor do imposto seria preservado em face da atualização monetária e, assim, o seu impacto na receita tributária não comprometeria o alcance das metas estabelecidas para arrecadação.

Além disso, o programa oportunizaria a muitos contribuintes a quitação de seus débitos junto à Fazenda Pública Municipal no contexto atual de crise econômica.

A mensagem ainda apresenta estimativa do impacto orçamentário-financeiro da implantação do REFIS municipal; previsão de receita sobre a dívida ativa total com incentivos; e a previsão de receita sobre juros, multas da dívida ativa com os incentivos.

Em 29 de Julho de 2019, a Procuradoria Jurídica Legislativa desta Casa emitiu parecer jurídico sobre o projeto em apreço, opinando por sua ilegalidade.

A mensagem do projeto foi lida no expediente da sessão ordinária do dia 14 de Agosto de 2019.

II – Análise

Primeiramente, não se verifica qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade formal no projeto, uma vez observadas as disposições dos artigos 36 e 37, IV, da Lei Orgânica do Município, e do artigo 61, §1º, II, “b”, da Constituição Federal de 1988, no que tange à iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal para leis que disponham sobre matéria tributária e que eventualmente repercutam no orçamento municipal.

Ressalta-se que a competência legislativa sobre direito tributário concorre à União, aos Estados-membros e ao Distrito Federal, competindo à primeira estabelecer normas gerais, nos termos do artigo 24, I e §1º, da Constituição Federal. Aos Municípios, todavia, compete legislar sobre assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual apenas no que couber, conforme artigo 30, I e II, da referida Constituição.

Nesse sentido, quanto ao mérito, observa-se que o projeto em apreço pretende instituir programa de recuperação fiscal no âmbito do Município, a fim de oportunizar aos contribuintes a quitação de seus débitos junto à Fazenda Pública Municipal e, concomitantemente, promover o saneamento das finanças do Município.



Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Nesse sentido, o programa de recuperação fiscal pretendido proporcionará o aumento da arrecadação do Município e o pagamento dos débitos dos contribuintes junto à Fazenda Pública do Município.

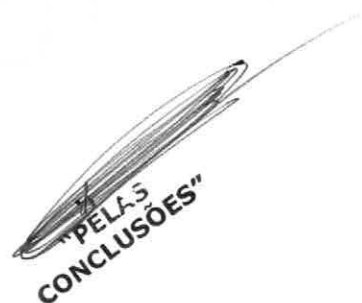
Entretanto, algumas alterações se fazem necessárias no texto legal para que tais objetivos sejam atendidos.

III – Voto


Em face do exposto, com base na combinação dos artigos 59, §4º e 99, §5º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, e considerando a necessidade de adequação das disposições normativas que instituem o programa de recuperação fiscal municipal, voto pela aprovação do referido projeto de lei com emenda modificativa que promova tais adequações, inclusive, as apontadas no Parecer Jurídico nº 139/2019

Voto, portanto, pela sua aprovação com a emenda modificativa proposta em anexo.

Sala das Comissões, 16 de Agosto de 2019.


"PELAS
CONCLUSÕES"


THIAGO AQUINO ALVES
Relator


"PELAS
CONCLUSÕES"





Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 027, DE 19 DE JULHO DE 2019

Altera dispositivos do Projeto de Lei Complementar nº 027, de 19 de julho de 2019, de autoria do Poder Executivo Municipal.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Pradópolis/SP, nos termos do artigo 36 da Lei Orgânica do Município de Pradópolis e dos artigos 90, VII, e 99, §4º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pradópolis, propõe a seguinte Emenda ao texto legal:

Art. 1º Fica suprimido o § 2º do artigo 10 do Projeto de Lei Complementar nº 027, de 19 de julho de 2019.

Art. 2º O *caput* do artigo 1º do referido Projeto passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal Municipal – REFIS - 2019, destinado a promover a regularização dos créditos de qualquer natureza, sejam de pessoas físicas ou jurídicas, vencidos até 31 de dezembro de 2018, inscritos ou não em dívida ativa, protestados ou não, *parceladas ou não*, ajuizadas ou não, as suas cobranças, podendo ser pagos parceladamente mediante a concessão de descontos que incidirão exclusivamente sobre o valor dos juros e das multas, observadas as condições e requisitos desta lei.”

Art. 3º O § 4º do artigo 1º, do referido Projeto passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
(...)

§ 4º Para obtenção dos benefícios previstos neste artigo, o contribuinte deverá aderir ao REFIS no período de 26 de agosto de 2019 até 30 de novembro de 2019, parcelando ou quitando todos os seus débitos.”

Art. 4º O *caput* do artigo 10, do referido Projeto passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 Fica garantido aos contribuintes que aderiram aos benefícios na forma instituída pela Lei Complementar nº 260, de 02 de outubro de 2017, *revogada, e pela Lei*



Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Complementar nº 263 de 27 de novembro de 2017, a manutenção de todos os termos de adesão na forma já pactuada.”

Art. 5º O artigo 11 do referido projeto passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 Fica condicionada a concessão dos benefícios fiscais constantes desta Lei Complementar à implementação pelo Poder Executivo Municipal, dos requisitos previstos no caput e inciso I do art. 14 da LC nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).”

Art. 6º Fica aditado parágrafo único ao artigo 4º que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º
(...)

Parágrafo Único. *Para todos os efeitos legais, considera-se desistente do parcelamento o contribuinte que se tornar inadimplente em mais de 120 (cento e vinte) dias, hipótese em que o parcelamento será automaticamente cancelado, com o restabelecimento pleno da dívida.”*

Art. 7º Fica aditado § 2º ao artigo 10, substituindo o parágrafo suprimido no caput desta emenda, que passa a vigorar com a seguinte redação:

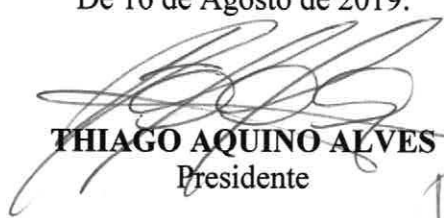
“Art. 10
(...)


§ 2º. *A formalização de novo termo de confissão de dívida, observados os critérios, limites e condições desta lei, consolida o saldo devedor atualizado na data do requerimento do novo parcelamento.”*

Art. 8º Esta Emenda Modificativa entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

De 16 de Agosto de 2019.


THIAGO AQUINO ALVES
Presidente


EDSON TEIXEIRA DO NASCIMENTO
Vice-Presidente


RICARDO ORNELLAS RAMOS
Membro



Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

Parecer da Comissão de Justiça e Redação

Nº ⁰²⁸027/2019

A Comissão de Justiça e Redação, em sessão de 06 de agosto de 2019, opinou unanimemente pela constitucionalidade, formal e material; juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 027, de 19 de Julho de 2019, de autoria do Poder Executivo Municipal, mediante a propositura de emenda modificativa ao Projeto.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores Edson Teixeira do Nascimento, Ricardo Ornellas Ramos e Thiago Aquino Alves.


III – Voto

Em face do exposto, o projeto reveste-se de boa forma constitucional, legal e jurídica, e de boa técnica legislativa; no mérito, também deve ser acolhido.

Voto, portanto, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 16 de Agosto de 2018.


THIAGO AQUINO ALVES
Relator


EDSON TEIXEIRA DO NASCIMENTO
Vice-Presidente


RICARDO ORNELLAS RAMOS
Membro

C.M.P. 20/AGO/2019 16:09 000007017

